

BC mantém juro em 18,5%³⁸ ao ano

■ Vaivém das bolsas de valores nos Estados Unidos deixou equipe econômica insegura para baixar taxa básica no Brasil

Brasília - J. França - 17/5/2000

AZELMA RODRIGUES

BRASÍLIA - A taxa de juros básica da economia foi mantida ontem em 18,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom), sem viés. O diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Luiz Fernando Figueiredo, disse após quase quatro horas de reunião que a decisão foi tomada depois da análise de "eventos recentes e prospectivos na trajetória futura da inflação". O Copom se reunirá novamente nos dias 19 e 20 de junho.

O mercado já esperava por tal decisão. O presidente do BC, Arminio Fraga, havia sinalizado esta semana que não haveria espaço para a queda dos juros e o próprio Figueiredo deixara escapar que o Copom adotaria postura conservadora. O que significa que a despeito das tensões externas, os fundamentos positivos internos e a inflação em queda falaram mais alto como argumentos.

Crise externa - Uma parcela do mercado financeiro trabalhava com a possibilidade do Copom elevar os juros, tendo em vista as oscilações das bolsas externas que se acirraram nesta semana e criaram tensão extra para a taxa de câmbio, inclusive ontem quando voltou a bater em R\$ 1,86.

Os analistas foram praticamente unânimes em considerar que o foco das considerações do BC para decidir sobre a Selic seria o cenário de turbulências externas partindo dos Estados Unidos. O vaivém das bolsas que aumenta o risco Brasil, derruba os papéis da dívida externa, eleva a taxa de câmbio e cria um ambiente de tensão propício a uma fuga de dólares do país.

"O ambiente externo ficou bem mais ansioso do que o próprio Copom considerou em sua última reunião. Com mais um motivo de temor que é a Argentina",



Figueiredo disse que posição mais conservadora do Copom se deveu às turbulências de fora

disse o economista-chefe do Lloyds TSB, Odair Abate. Ele lembra a situação do país vizinho, que está encontrando dificuldades em domar seu déficit fiscal e cumprir metas do programa com o Fundo Monetário Internacional.

Baseado nas incertezas levadas em consideração pelo próprio Copom na reunião de abril e que não se alteraram desde então, ele disse que dessa vez sua equipe estava tranquila. "É muito pouco provável uma alteração." Isso porque continua pendente no Supremo

Tribunal Federal (STF) o julgamento das ações que pedem correção monetária dos planos econômicos para saldos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Se o governo perder, será mais um rombo potencial sobre as contas públicas e ameaça ao controle fiscal.

Outra variável importante é o preço do petróleo, que não parou de subir, inclusive esta semana, por ter um dos pesos mais importantes na conta de importações do país. A possibilidade de uma ele-

vação nos preços dos produtos agrícolas em função da estiagem também foi considerada. Mas o fato do governo continuar mantendo as contas públicas com superávit e, por enquanto, a inflação se apresentar bem comportada "dá para prever novas reduções na taxa de juros mais para frente", disse o economista.

Não haveria contexto econômico para elevar os juros, diante desse quadro positivo interno, segundo Ivo Lobo da consultoria ABDO Directa.

Freio de mão puxado



VIÉS

(baixa, alta ou neutro)
Autorização para que o presidente do Banco Central reduza (ou aumente) os juros sem convocação do Comitê de Política Monetária. Se for neutro, as mexidas na taxa básica ficam restritas à próxima reunião do Copom.